

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

APRESENTAÇÃO

O ano de 2021, assim como já havia ocorrido no ano de 2020, foi marcado por grandes desafios para a humanidade. A pandemia do COVID 19 atingiu seu apogeu, especialmente no Brasil, país que, por alguns meses, tornou-se o epicentro da pandemia. Centenas de milhares de pessoas perderam a vida, incluindo alguns colegas da Justiça Eleitoral, entristecendo a todos.

Em meio a um clima adverso e comovente, a Escola Judiciária Eleitoral da Bahia precisou continuar a se reinventar, realizando palestras, eventos de capacitação, publicações, grupo de estudo e ações de cidadania com novas metodologias inovadoras e criativas, atingindo, em meio às adversidades do momento, resultados positivamente surpreendentes.

Em *home office* e vivenciando, paulatinamente, um retorno a atividades presenciais, a EJE Bahia se notabilizou nacionalmente como uma escola de vanguarda, que em muito contribuiu para o desenvolvimento do pensamento crítico e para o estudo e a reflexão acerca do direito político, do uso de novas tecnologias digitais e do exercício de valorização da cidadania e da democracia, a partir de suas ações de capacitação e treinamento, ações de cidadania e publicações.

Este relatório de atividades tem como objetivo prestar contas à sociedade acerca do trabalho desenvolvido pela Escola Judiciária Eleitoral, unidade do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia responsável por uma das mais importantes funções da Justiça Eleitoral: a função educacional, necessária ao fomento da cidadania e do pluralismo, fundamentos republicanos consagrados na Constituição de 1988 sem os quais a liberdade e a igualdade políticas se tornam inviáveis.

É dever da administração pública, em um Estado Democrático de Direito, dar publicidade ao povo, objetivamente, das suas realizações. Sem *accountability* a democracia se fragiliza e se torna um discurso vazio, desprovido de conteúdo. Prestando contas à sociedade, a Escola Judiciária Eleitoral da Bahia cumpre importante papel para a consolidação democrática, o qual somente não é superior à própria missão institucional da EJE, que se confunde com a própria razão de existência da Justiça Eleitoral: promover a formação de cidadãos críticos e competentes para o exercício livre e pleno da soberania popular.

1. Eventos realizados pela EJE

1.2 “A Mulher e o Poder Político”(08-03)



Em evento promovido pela Justiça Eleitoral baiana, palestrantes defenderam a democratização da diversidade, a multiplicidade das mulheres e a criminalização da violência de gênero na política. A violência de gênero dirigida às mulheres na política foi um dos assuntos levantados durante o evento “A Mulher e o Poder Político”.

A atividade contou com a participação da vereadora de Salvador, Laina Crisóstomo; da promotora de Justiça, Livia Sant’Anna Vaz; e da doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Salete Maria da Silva. O evento, mediado pelo professor doutor Jaime Barreiros, analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), integra a programação da Semana Nacional da Mulher 2021, realizado pela Justiça Eleitoral.

Público atingido: 34 pessoas

1.3 Live: “O papel da Justiça Eleitoral em tempos de crise democrática” – 27-05



A Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (EJE/BA), realizou, no dia 27 de maio, a *live* “O papel da Justiça Eleitoral em tempos de crise democrática”. O debate ficou por conta dos professores Jaime Barreiros e Frederico Alvim.

Público atingido: 455 pessoas

1.4 III Olimpíada Baiana de Direito Eleitoral – 17-06 a 20-10



A competição foi realizada pela Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (EJE-BA) e é destinada para estudantes de Direito. Neste ano, a competição foi totalmente online com o objetivo de promover a difusão de estudos, reflexões e discussões acerca de temas atuais em Direito Eleitoral.

A disputa ocorreu entre 9 equipes formadas por até quatro estudantes do curso de Direito, regularmente matriculados em instituições de ensino superior. Os participantes apresentaram resoluções de casos concretos e responderam questões teóricas formuladas pela comissão examinadora constituída pela EJE-BA. Na última etapa, as equipes finalistas sustentaram duas teses perante a Corte Eleitoral.

As equipes e os estudantes foram julgados e avaliados a partir do desempenho coletivo e individual demonstrados em provas de memoriais escritos, arguição oral e sustentação oral, nos termos do presente edital. A comissão examinadora foi formada pela advogada e doutora em Direito, Marilda de Paula Silveira; pelo advogado e professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Marcelo Weick; pela desembargadora eleitoral substituta do TRE-BA, Carina Canguçu; pelo analista do TRE-BA e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Jaime Barreiros Neto; além da advogada eleitoralista Tâmara Medina.

A competição foi dividida em três fases eliminatórias, sendo uma escrita e duas orais. A primeira fase correspondeu a 30% do total de pontos distribuídos na Olimpíada, contando com a participação de todas as equipes inscritas. Na segunda fase, participaram as quatro melhores equipes classificadas na primeira fase, com arguição oral entre os grupos classificados, correspondendo a 30% da pontuação final. Já a terceira fase, contou com a participação das duas equipes com melhor pontuação no somatório das fases anteriores. Nela, os classificados participaram de uma prova de sustentação oral, correspondente a 40% do total de pontos distribuídos.

Ao final, foram premiados a equipe que obteve maior nota nos memoriais, o melhor orador além, evidentemente, do melhor desempenho geral, somadas todas as etapas.

O prêmio das Olimpíadas neste ano foi dedicado a Abigail Feitosa, ex-deputada federal constituinte e primeira mulher candidata ao cargo de prefeito de Salvador, em 1988.

Público atingido: 42 pessoas

2. Projetos de Cidadania

2.1 Projetos “Eleitor do Futuro- Educação para a cidadania” e “#PartiuMudar – Educação para a cidadania democrática no ensino médio”

2.1.1 “Workshop: Como lidar com o estresse através de práticas de respiração e meditação”- 29.04



O workshop foi realizado pela plataforma Zoom, com transmissão pelo canal do TRE-BA no Youtube, com o apoio da Fundação Arte de Viver e da Secretaria Municipal de Educação de Salvador - SMED, a fim de iniciar as ações dos projetos proporcionando um momento de acolhimento e bem-estar aos educadores, considerando a pandemia do coronavírus; pois com o necessário distanciamento social, as instituições de ensino vivenciaram mudanças nos processos de ensino e aprendizagem; e por se tratar de um cenário desafiador, muitos educadores, que precisaram atuar como mediadores de uma nova era, apresentaram quadro de insegurança e angústia.

O evento foi ministrado pelas instrutoras da Fundação Arte de Viver, Clara Muricy, professora de yoga, e Josete Moreno, psicopedagoga e coordenadora pedagógica da SMED, como forma de reconhecer e agradecer o papel destes importantes colaboradores no trabalho desenvolvido pela EJE-BA.

A Fundação Arte de Viver é uma organização internacional fundada em 1981 pelo líder humanitário e espiritual Sri Sri Ravi Shankar; oferece programas de educação, autodesenvolvimento e ferramentas que facilitam a eliminação de estresse e proporcionam paz interior e bem-estar através de técnicas de respiração, meditação e yoga.

Público atingido: 228

2.1.2 Podcast – Voz e Vez da Juventude – 26-04 a 17.09



Para difundir conhecimentos e reflexões, estimulando os jovens ao exercício da cidadania e à participação política, a EJE promoveu a atividade “Podcast – Voz e Vez da Juventude”.

Os projetos de cidadania da EJE-BA, amparados na Resolução TSE nº 23.482/2016, são desenvolvidos para cumprir sua missão institucional de contribuir com a formação política de jovens, com a difusão de uma cultura cidadã. As ações são desenvolvidas em parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) e a Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED).

O público alvo da atividade foram estudantes dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano); da Educação de Jovens e Adultos (EJA); e do ensino médio das escolas participantes dos projetos “Eleitor do Futuro” e “#PartiuMudar”.

Os 12 episódios foram disponibilizados em programas estruturados via *streaming* (Spotify). Todo o conteúdo está disponível, também, no portal da EJE-BA, na aba “Programas de Cidadania”.

1º episódio: tema “Política para jovens e pelos jovens”, explanado pela vereadora do município de Várzea da Roça, Talyta Trindade Oliveira, eleita com 18 anos de idade.

2º episódio: tema “Participação ativa da juventude na política”, explanado pelo Prefeito de Tucano, Ricardo Maia Filho, eleito com 21 anos de idade.

3º episódio: tema “A participação feminina no processo democrático”, explanado pela estudante baiana de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e participante do Programa Parlamento Jovem, promovido pela Câmara de Deputados, em 2019, Maria Antônia Dezidério.

4º episódio: correspondente às “Perguntas e Respostas” referentes aos três primeiros episódios. Os convidados responderam a perguntas formuladas por estudantes e selecionadas pela equipe da Seção de Programas Institucionais (SEPRI). Participaram 73 estudantes, sendo que 8 perguntas foram selecionadas, considerando a pertinência temática, objetividade e criatividade.

5º episódio: tema “Estatuto da juventude: relevância e efetividade”, explanado pela Dra. Severine Macedo, que já ocupou o cargo de Secretária Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República, e atualmente ocupa o cargo de Subsecretária de Avaliação de Políticas Públicas e Gestão da Informação da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão na Prefeitura de Niterói, no Rio de Janeiro.

6º episódio: tema “A arte na construção da aprendizagem juvenil”, explanado pelo Diretor educacional do Programa NEOJIBÁ - Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia do Governo do Estado da Bahia, José Henrique de Campos.

7º episódio: tema “A cidadania como direito essencial na construção da democracia”, explanado pelo advogado e diretor de relacionamento do Conselho consultivo da jovem advocacia de Camaçari, Rodrigo Nogueira.

8º episódio: correspondente às “Perguntas e Respostas” referentes aos 5º, 6º e 7º episódios. Os convidados responderam a perguntas formuladas por estudantes e selecionadas pela equipe da Seção de Programas Institucionais (SEPRI). Participaram xx estudantes, sendo que 8 perguntas foram selecionadas, considerando a pertinência temática, objetividade e criatividade.

9º episódio: tema “A segurança do processo eletrônico de votação”, explanado pelo Analista judiciário e atual secretário de Tecnologia da Informação do TRE-BA, André Luiz Cavalcante.

10º episódio: tema “A segurança do processo eletrônico de votação”, explanado pela Coordenadora de Mídias sociais, portais e campanhas do TSE, Fábila Galvão.

11º episódio: tema “Internet Segura”, explanado pelo advogado e professor de Direito Digital, Diogo Guanabara.

12º episódio: correspondente às “Perguntas e Respostas”, referentes aos 9º, 10º e 11º episódios. Os convidados responderam a perguntas formuladas por estudantes e selecionadas pela equipe da Seção de Programas Institucionais (SEPRI). Participaram xx estudantes, sendo que 8 perguntas foram selecionadas, considerando a pertinência temática, objetividade e criatividade.

Público atingido: 755 pessoas

2.1.3 - Encontro com as Escolas – Projeto Eleitor do Futuro - 03.09



O “Encontro com as Escolas”, pensado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Salvador – SMED, foi realizado pela plataforma *zoom* com transmissão ao vivo pela TV TRE-BA. Na ocasião, foram apresentados os temas e os critérios para participação nos concursos de redação e de desenho, que têm como objetivos contribuir para a formação de cidadãos conscientes e críticos, por meio do estímulo ao aprendizado e a coordenação das ideias, além da expressão dos sentimentos na linguagem artística plástica, levando os participantes à reflexão e à criatividade prática dos temas.

Com vistas a estimular a participação dos estudantes nos certames, o Encontro contou com duas palestras com as temáticas “**A importância da prática da escrita na comunicação**” e “**Desenhar estimula a atividade do cérebro e a criatividade**”, que foram ministradas pelo professor-educador, escritor e poeta, João Fernando Gouveia, e pela arteterapeuta e contadora de histórias, Ana Marisa Fasani Rêgo.

Público atingido: 198

2.1.4 - Roda de conversa “O papel do líder e a democracia participativa no modelo brasileiro” – Projeto #PartiuMudar - 29.09



“O papel do líder e a democracia participativa no modelo brasileiro” foi o tema da *Roda de Conversa* realizada por meio da sala virtual *Zoom*, com transmissão ao vivo pelo canal do youtube oficial, *TV TRE-BA*, no âmbito do Projeto #PartiuMudar - Educação para a cidadania democrática no ensino médio.

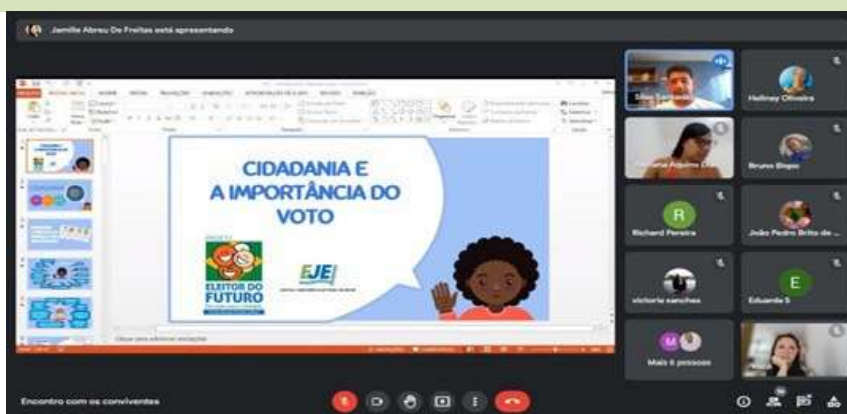
Com intuito de levar os estudantes à participação política, o evento apresentou, como exemplo, jovens que se interessam pela vida política e exercem formas de lideranças, inclusive como líderes de Núcleos Territoriais de Educação – NTEs, da Secretaria da Educação do Estado da Bahia – SEC; contou também com a explanação do professor Jaime Barreiros Neto, com o tema “**No que consiste a democracia participativa no modelo brasileiro?**”.

Estudantes líderes participantes:

- **Jay Victor Cintra da Silva:** de Ipirá, 17 anos, Colégio Estadual Maria Evangelina Lima Santos. Líder municipal e vice-líder do NTE-15;
- **Maria Eloíza Oliveira Ferreira:** de Amélia Rodrigues, 16 anos, Colégio Estadual Maria Teófila. Vice-líder do NTE 19;
- **Dhena Pinheiro de Souza:** de Araci, 15 anos, CETEP SISAL II. Coordenadora da Comissão de Sustentabilidade estadual que faz parte do programa de líderes de classe da SEC;
- **Pedro Henrique Sampaio da Silva:** de Dom Macedo Costa, 16 anos, Colégio Estadual Eraldo Tinoco Melo. Líder do NTE21. Coordenador da Comissão de Comunicação estadual que faz parte do programa de líderes de classe da SEC.

Público atingido: 234

2.1.5 - Lives realizadas sobre voto consciente e alistamento eleitoral para adolescentes do Espaço de Cidadania CIEE – 21.10



Voto consciente e alistamento eleitoral foram os principais assuntos tratados nas *lives* realizadas remotamente, no dia 21/10, em dois horários, pela manhã e à tarde, conduzidas por servidor da Seção de Programas Institucionais – SEPRI da EJE aos adolescentes do Espaço de Cidadania CIEE.

Ana Valéria Santos Correia, de 16 anos, considerou a palestra fundamental para o conhecimento e aprofundamento sobre temas ligados à democracia, pois disse que aprendeu como tirar

o título de eleitor e recebeu orientações sobre como votar e cobrar do candidato que votou o cumprimento da sua missão.

O Espaço de Cidadania é uma unidade do CIEE dedicada à oferta de ações e serviços socioassistenciais gratuitos para jovens de vulnerabilidade social, entre 15 a 17 anos, localizado no bairro de Nazaré.

Público atingido: 30

2.1.6 - Premiação correspondente ao “Podcast Voz e Vez da Juventude”: Projeto Eleitor do Futuro em Camaçari – 09.11 e Projeto #PartiuMudar em Muquém do São Francisco – 10.11



Centro Educacional Sistema Master em Camaçari



Colégio Estadual Suzana de Araújo Bonfim, em Muquém do São Francisco

Projeto Eleitor do Futuro

O Centro Educacional Sistema Master (Cesma), localizado na Região Metropolitana de Salvador, em Camaçari, foi premiado (uma caixa de som com microfone), em virtude de ter tido o maior número de questionamentos elaborados por seus alunos publicados nos episódios de Perguntas e Respostas do Podcast “Voz e Vez da Juventude”, no âmbito do Projeto Eleitor do Futuro. O encontro aconteceu na quadra do colégio na manhã do dia 09.11, e contou com a participação de servidores da EJE-BA.

Ao todo, 12 episódios, sendo 9 temáticos e 3 de “Perguntas e respostas” foram ao ar por meio da plataforma *streaming Spotify*.

Ednalva Oliveira, diretora pedagógica do Centro Educacional, considerou a vitória uma honra e declarou que a base do conhecimento deve sempre estar acima de tudo.

Projeto #PartiuMudar

No âmbito do Projeto #PartiuMudar – Educação para a cidadania no ensino médio, o Colégio Estadual Suzana de Araújo Bonfim, localizado no município de Muquém do São Francisco, na microrregião de Barra, foi o contemplado com a premiação na referida atividade. O encontro aconteceu no colégio no dia 10.11 e contou com a presença da servidora requisitada da 98ª Zona Eleitoral/ Cotegipe, Allane Hevangelista, que representou a EJE/BA na entrega do prêmio - uma caixa de som com microfone, que deverá ser utilizada pela unidade escolar para o desenvolvimento de atividades educacionais lúdicas, artísticas e culturais.

Segundo a gestora escolar Yara Bonfim, o projeto deu aos estudantes um estímulo para abordar temas de relevância em nome da democracia.

2.1.7. Concurso de redação e de desenho –



Promovidos pela EJE, no âmbito do Projeto Eleitor do Futuro – Educação para a cidadania, o VIII Concurso de Redação e o II Concurso de Desenho premiam alunas e alunos das Escolas Municipais de Salvador Maria Constança, Maria Dolores e Nova Sussuarana, além da Escola Municipal 14 de agosto em Candeias e Centro Educacional Sistema Master, em Camaçari. Os certames contam com a importante parceria da Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED). Seis estudantes (três por meio de redações e três por desenhos) foram contemplados com *tablets* patrocinados pelo Banco Itaú: Letícia Nunes Silva, Dafine da Costa Cardoso, Cauan Felipe Sousa Santos, Sabrina Piol Rocha, Ezequias Weriglis Caldas de Lima e Esmeralda Santos da Cruz.

Com os temas: “Na era da tecnologia da informação e dos conteúdos virais, as inverdades ganham força nas redes sociais. Como identificar “fake news” (notícias falsas) e não ser enganado (a) na internet?” (Redação) e “Exageradas ou sensacionalistas, as “fake news” trazem informações falsas sob o disfarce de notícias verdadeiras. Na dúvida, não compartilhe!” (Desenho), os concursos, que têm como objetivos contribuir para a formação de cidadãos conscientes e críticos, por meio do estímulo ao aprendizado, a coordenação das ideias e a expressão dos sentimentos na linguagem artística plástica, proporcionando aos participantes a reflexão e o uso da criatividade diante dos temas abordados, foi direcionado às alunas e aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II e do EJA (Educação de Jovens e Adultos), matriculados nas instituições de ensino de Salvador e região metropolitana.

Nos dias 06 e 07.12, servidores da Seção de Programas Institucionais (SEPRI) da EJE-BA visitaram as referidas instituições de ensino para entregar os prêmios aos autores das redações e dos desenhos que foram selecionados pelas comissões julgadoras compostas pelos servidores do TRE-BA, Adilma Maria Nunes de Andrade, Gésia Carneiro de Santana e Rose Meire Bacelar de Almeida Miranda (Redação); André Luís Martins Beserra, Jaíres Vieira Chaves e José Amarante dos Santos Neto (Desenho). Os textos foram avaliados considerando a pertinência do tema, originalidade, criatividade, coerência, correção ortográfica e vocabulário, e os desenhos considerando coerência com o tema, originalidade, criatividade, impacto visual, apresentação, organização e higiene.

2.2 Universitário Cidadão

2.2.1 - Visita Acadêmica Virtual – início 18.06



Com objetivo de cumprir sua missão institucional de contribuir para a formação política de estudantes universitários e para a difusão de uma cultura cidadã, por meio do fomento ao conhecimento acerca do funcionamento e estrutura da Justiça Eleitoral, a EJE/BA desenvolve o Projeto “Universitário Cidadão”. No contexto da pandemia causada pela Covid-19, a ação referente ao projeto está sendo realizada virtualmente.

A visita acadêmica virtual conta com três etapas: primeiro, os inscritos têm acesso à página do Centro de Memória Virtual, que apresenta o Memorial do TRE-BA; em seguida, os estudantes devem assistir a uma vídeoaula sobre a "Evolução do voto no Brasil, Democracia, estrutura e funcionamento da Justiça Eleitoral" e, depois, acompanham trecho de uma sessão de julgamento da Corte. Ao final

das três etapas da visita, os estudantes realizam ainda atividade sobre os temas abordados para receberem o certificado.

A Universidade Jorge Amado – UNIJORGE - promoveu a visita acadêmica virtual com alunos do curso de Direito no dia 08.10. O Professor de direito Tiago ministrou uma aula com base nas etapas da visita acadêmica; na ocasião cerca de **70 estudantes** assistiram a videoaula em conjunto.

Público atingido: 94

3. Cursos realizados pela EJE em ações educativas

3.1 Curso sobre segurança do sistema eletrônico de votação (durante todo o ano de 2021)



A Escola Judiciária Eleitoral da Bahia disponibilizou, durante todo o ano de 2021, o curso “Segurança e Credibilidade do Sistema Eletrônico de Votação e Visão Geral do Processo Eleitoral”, promovido de setembro a dezembro do ano passado. O curso é ministrado pela professora Juliana de Freitas Dornelas, servidora da Justiça Eleitoral, lotada na Escola Judiciária de Minas Gerais.

O objetivo específico do curso é apresentar uma visão geral dos procedimentos administrativos da Justiça Eleitoral no planejamento e execução das eleições, além de responder as principais dúvidas sobre o processo eletrônico de votação, confirmando a sua segurança.

3.2 Curso “Formação Política de Lideranças Femininas – 12, 17, 19, 24 e 26 de agosto



O curso Formação Política de Lideranças Femininas foi promovido nos dias 12, 17, 19, 24 e 26 de agosto, em parceria com a Comissão de Participação Feminina do Regional, buscando alavancar a representatividade feminina na política. As aulas foram realizadas por meio de plataforma digital, totalizando 25 horas e contando com a participação de cinco professoras especializadas.

Inicialmente, o curso teve transmissão ao vivo para um grupo de 40 mulheres de diversos segmentos da sociedade baiana (com participação de prefeitas, vereadora, advogadas, representantes indígenas, de associações, de comunidades de bairros, estudantes, dentre outras), e, posteriormente, foi disponibilizado para todos que tivessem interesse. Foram realizados, portanto, cinco encontros de cinco horas, às terças e quintas-feiras, das 17h às 22h, sendo que em cada encontro foram realizadas duas aulas com 2h30 de duração.

O curso teve o propósito de contribuir para a elevação da qualidade democrática, ao oferecer ao seu público-alvo, exclusivamente feminino, conteúdos voltados a conhecimentos básicos de teoria democrática, direito eleitoral, direito constitucional, orçamento público e processo legislativo.

Docentes contratadas:

Polianna Pereira Dos Santos: Mestra em Direito Político pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Ciências Penais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professora de Pós-Graduação em Direito Eleitoral na PUC/MG. Assessora do Gabinete do Ministro Luiz Edson Fachin, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Lorena Silva Santos: Advogada. Professora do Centro de Ensino Superior do Extremo Sul da Bahia (CESES/FACISA) em Direito Constitucional. Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Bruna Camilo de Souza Lima E Silva: Cientista Política. Graduada em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com foco nos estudos de gênero e representação no âmbito do direito público e administrativo. Ainda na graduação, formação complementar através do intercâmbio realizado na Universidade de Lisboa (ULISBOA, 2015-2016). Mestra em Ciência Política (UFMG).

Mônica de Cássia Costa Silva: Gestora de Projetos Sociais. Graduada em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH). Possui especializações em Gestão de Projetos Sociais e Gestão Social. Mestranda em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.

Carolina Lobo: Advogada. Mestranda em Direito Político (UFMG). Especialista em Direito Eleitoral (PUC Minas). Graduada em Direito pelo Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB).

O curso também está disponível no moodle da EJE-BA.

Público atingido: 40 inscritas

Com certificado: 16

EAD: a contabilizar

4. Cursos e eventos realizados em parceria com outras Escolas Judiciárias Eleitorais

4.1 - Roda de Conversa – Projeto #PartiuMudar - “Voz e Vez da Juventude: Participação Política e Democracia” EJE-BA e EJE-PR – 04.08 –



Com o propósito de debater a perspectiva da participação política juvenil, reunindo jovens que se interessam pela vida pública e exercem formas de lideranças no meio social, foi realizada a roda de conversa ‘Voz e Vez da Juventude: Participação Política e Democracia’, no dia 04.08, como fruto da parceria entre as Escolas Judiciárias Eleitorais da Bahia (EJE-BA) e do Paraná (EJE-PR), por meio da plataforma Zoom, com transmissão ao vivo pelo Youtube, no canal do TRE-PR, e teve como mediadora a Diretora-Executiva da EJE-PR e membro da Corte do Regional, juíza Flavia da Costa Vianna.

O encontro fez parte do projeto ‘Parlamento Jovem’ da EJE-PR que objetiva mobilizar os jovens para a participação política, não só como candidatos, mas também por meio de posturas e condutas refletidas na participação na sociedade de forma geral, e do projeto ‘#PartiuMudar - Educação para a Cidadania Democrática no Ensino Médio’, desenvolvido pela EJE do TRE-BA, com o apoio da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, no intuito de ampliar a discussão, não apenas sobre o jovem eleitor, mas sobre democracia, participação política, direito das minorias, entre outros temas relevantes.

Participantes:

Leonardo Flores, de Iporã, interior do Paraná, participou do projeto ‘Parlamento Jovem’ em 2017, e, em 2020, aos 18 anos, foi eleito vereador.

Jeane Islena, da área rural do município de Araucária, no Paraná, em 2017, foi eleita vereadora mirim do projeto ‘Parlamento Jovem’. Em 2020 foi candidata e obteve expressiva votação, posicionando-se como suplente de vereador.

Ruan Pedroso, de Feira de Santana na Bahia. Em 2020, inscreveu-se no programa ‘Parlamento Jovem Brasileiro’, promovido pela Câmara dos Deputados, com projeto de lei voltado para pessoas com deficiência auditiva na sociedade, e foi eleito líder do ‘Núcleo Territorial de Educação da SEC.

Mariana Gomes, de Conceição do Almeida na Bahia, é ativista global pela saúde mental e Direitos humanos; foi Deputada jovem federal da 16ª Legislatura do PJB com o projeto sobre: Meditação e Yoga como tratamento terapêutico para vítimas do tráfico humano com auxílio dos psicólogos dos CAPs.

Durante a roda de conversa cada participante teve 10 minutos para falar, discorrendo sobre o que fez optar pela participação política em sua localidade. Após os pronunciamentos foi aberto espaço para o debate e troca de experiências.

4.2 – Direito Eleitoral Sumular – EJE-MT - 05.05.21



A Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso disponibilizou vagas para servidores de outros tribunais realizarem a capacitação “Direito Eleitoral Sumular”. O curso foi ministrado pelo analista judiciário do Tribunal Superior Eleitoral, Edmilson Rufino de Lima Júnior.

Durante a capacitação, os participantes tiveram acesso aos seguintes conteúdos: Direito Sumular (“Aspectos gerais e definições”; “Jurisprudência dominante e tipos de enunciados”; e “É possível falar em um sistema de precedentes?”); Enunciados processuais específicos do processo eleitoral e do comum incorporadas à súmula da jurisprudência do TSE; e Enunciados relacionados às condições de elegibilidade e às inelegibilidades. Por fim, na sexta-feira (7) ocorreu o exame prática de casos.

Foram contemplados com as vagas os seguintes servidores: Flávio Raimundo Panta de Souza, José Amarante dos Santos Neto, Maria Isabel De Barros Brandão, Thiago do Nascimento Amado e Ludmila De Miraval Da Silva Requião e Patrícia Rose Andrade Viana de Melo.

4.3 – TRANSformando a democracia - Evento EJE's parceiras – 26.08.21



A participação de pessoas trans na política foi debatida em uma live realizada por dez Escolas Judiciárias Eleitorais (EJEs) do país, incluindo a EJE da Bahia. A live “TRANSformando a Democracia: Meu Nome, Minhas Lutas e Conquistas” foi realizada no dia 26 de agosto, e é também promovida pelas EJEs de Alagoas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Ceará, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e do Rio Grande do Sul.

O evento debateu o uso do nome social e a participação das minorias na política, sobretudo de pessoas trans, nos termos do art. 7º da Resolução CNJ nº 270 de 2018. A resolução garante o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais, usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.

Participaram do debate o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Joelson Dias, o advogado Felipe Lascani e a deputada estadual de Pernambuco Robeyoncé Lima, na qualidade de debatedores. A mediação do evento ficou a cargo da assessora da Presidência do TSE, Júlia Barcelos, que apresentou o “Guia de Linguagem Inclusiva Para Flexão de Gênero: Aplicação e Uso Com Foco em Comunicação Social”.

Público atingido: 396 pessoas

4.4 EJE'S Parceiras: roda de conversa debateu o racismo no Judiciário – 04/11



O bate-papo reuniu as juízas de Direito Bruna Rodrigues e Diva Maciel para uma reflexão social sobre atitudes racistas dentro do Poder Judiciário, tendo em vista que o racismo é um problema de todos e configura crime inafiançável e imprescritível.

A mediação foi feita por Karén Fróes - graduada em Ciências Jurídicas e Sociais, especialista em Direito Público, assistente da Presidência do TRE-RS, membro da Comissão de Prevenção ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação, da Comissão de Participação Institucional Feminina e colaboradora no eixo Mais Mulheres na Política da EJE/RS.

A roda de conversa foi uma realização do EJE's Parceiras, que integra as escolas de Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Sul, Piauí, Pernambuco e Pará.

5. Cursos realizados pela EJE

5.1 Curso LGPD e seus impactos no processo eleitoral (22-02 a 30-04)



Com o objetivo de conferir segurança jurídica à proteção de dados pessoais, tratados tanto no meio físico como no meio digital, de qualquer cidadão que esteja no Brasil, a Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (EJE/TRE-BA) promoveu o curso sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e seus impactos nas eleições. Com carga horária de oito horas, as aulas foram ministradas pelo professor Diogo Guanabara, entre 22 de fevereiro e 30 de abril de 2021, no ambiente virtual da EJE/BA (<http://eje.tre-ba.jus.br/>).

O curso foi direcionado aos magistrados, promotores, servidores da Justiça Eleitoral, como também aos candidatos e aos próprios eleitores para que tivessem conhecimento da proteção que a nova lei lhes confere.

Público atingido: 461

5.2 Curso “Novas Competências Penais e Sentença Condenatória Penal” – 01-04 a 30-04



A Escola Judiciária Eleitoral (EJE/BA) realizou o curso “Novas Competências Penal e Sentença Penal Condenatória Eleitoral”, que teve carga horária de 12h e ficou disponível de 1º a 30 de abril. O curso, exclusivo para servidores e magistrados do TRE baiano, fez parte das ações institucionais da EJE/BA que, além de promover capacitação em Direito Eleitoral, busca desenvolver as áreas de responsabilidade social, estímulo ao estudo, à discussão, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral.

A aula foi ministrada por Volgane Oliveira Carvalho, analista judiciário do TRE do Maranhão, mestre em Direito pela PUC-RS, professor de cursos de graduação e pós-graduação, instrutor de Escolas Judiciárias Eleitorais, coordenador do Conselho Fiscal da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP), e também autor de livros de Direito Eleitoral e Penal.

A coordenadora da EJE do TRE-BA, Amanda Bretas, ressaltou a importância do curso para auxiliar os magistrados e servidores no desempenho de suas funções. “Com a inserção de novas competências e sentença penal condenatória no âmbito eleitoral, esse conteúdo se torna essencial. O professor Volgane conhece com profundidade as nuances do trabalho com os processos penais eleitorais, por isso temos certeza que será uma grande contribuição para os servidores da Casa”.

Público atingido: 78 pessoas

5.3 Curso “Crimes Eleitorais: especificidades e Estado Atual da Doutrina e Jurisprudência” – 01-05 a 31-05

A Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (EJE/BA) ofereceu o curso “Crimes Eleitorais: Especificidades e Estado Atual da Doutrina e Jurisprudência”. A formação, indicada para magistrados e servidores, foi ministrada pelo professor Volgane Oliveira Carvalho, mestre em Direito pela PUC-RS, analista judiciário do TRE do Maranhão e coordenador do Conselho Fiscal da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

O curso, com carga horária de 8h, ocorreu na modalidade de ensino a distância (EAD) e teve o objetivo de atualizar servidores e magistrados da Justiça Eleitoral para o julgamento de casos envolvendo crimes eleitorais e crimes conexos a estes, identificar as peculiaridades dos crimes eleitorais e construir subsídios para a identificação e tratamento processual dos crimes eleitorais.

Público atingido: 86 pessoas

5.4 Curso Ações Cíveis Eleitorais: especificidades e Estado Atual da Doutrina e Jurisprudência” – 18 a 22 outubro



O curso “Ações Cíveis Eleitorais”, credenciado pela ENFAM, foi realizado de 18/10 a 22/10, das 14h às 18h, e ministrado pela professora Michelle Duarte.

Michelle Duarte possui Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Piauí (2005), Especialização em Direito Processual Civil pela Universidade do Sul de Santa Catarina- UNISUL (2008) e Mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS (2015). É Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão desde 2006 e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADep. Tutora em cursos de aperfeiçoamento promovidos por Escolas Judiciárias Eleitorais e professora de cursos de pós-graduação.

Foram ofertadas 40 vagas para os magistrados eleitorais e servidores do TRE-BA, tendo por conteúdo programático:

Ação de Registro de Candidatura (RCand)

Eleições; Intimações; Alguns aspectos processuais das Impugnações; Notícia de Inelegibilidade; Alguns aspectos processuais do Julgamento; Consequências do resultado dos registros de candidatura na totalização dos votos, na proclamação dos resultados e na diplomação dos candidatos: Totalização majoritária; Totalização proporcional; Proclamação dos resultados; Diplomação.

Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)

Eleições; Disposições gerais processuais; Citações; Intimações; Participação do Ministério Público Eleitoral; Recurso ao TRE.

Representação (RP)- Os impactos da Lei nº 13.165/15 na Ação de Investigação Judicial Eleitoral.

Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) - Conceito de fraude; Elastecimento; Os impactos da Lei nº 13.165/2015 na Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.

Recursos e Prestação de Conta - Processamento do RCED; Ação de Prestação de Contas (PC) Prestação de Contas de Campanha Eleitoral; Prestação de Contas Anual dos Partidos Políticos; Os recursos/impugnações a alistamento ou transferência eleitorais; As ações para cancelamento/exclusão de eleitores.

Público atingido: 27 pessoas

5.5 Curso de Direito Eleitoral e Mídias Sociais – 20 a 24 de setembro



A Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (EJE-BA) ofereceu curso de “Direito Eleitoral e Mídias Digitais”, com o Professor Alexandre Basílio, no período entre 20/09 e 24/09. Foram oferecidas 80 vagas para servidores efetivos do TRE- BA, magistrados e promotores eleitorais e teve carga horária de 20h.

Público atingido: 80 pessoas

5.6 Auxílio Bolsa de estudos em Direito Eleitoral 2021



A Escola Judiciária Eleitoral promoveu seleção de candidatos a auxílio-bolsa para cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* em Direito Eleitoral, decorrentes do Programa Auxílio-Bolsa de Estudos 2021, deste Tribunal. Foram disponibilizadas 9 bolsas e após o processo seletivo apenas 8 servidores foram beneficiados.

5.8 - I Curso para Formação Inicial de Magistrados – Módulo Eleitoral – 14/09 a 17/09



O I Curso para Formação Inicial de Magistrados, módulo eleitoral, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (EJE-BA), foi realizado durante o período de 14/09 a 17/09 e foi voltado para os novos juízes do Poder Judiciário baiano. Na abertura do curso, o desembargador Roberto Frank trouxe uma perspectiva histórica para a Justiça Eleitoral. O magistrado enfatizou que esse ramo do Poder Judiciário lida com temáticas extremamente sensíveis ao Estado Democrático de Direito e atua, há quase 90 anos, para consolidar a legitimidade democrática por meio de eleições e consultas populares.

O momento atual vivido pelo Brasil, observou o presidente do TRE-BA, talvez seja o mais delicado desde a redemocratização, dado o cenário de grande polarização política. Foi neste contexto que ele orientou a turma: “Insta que a magistratura eleitoral atue com serenidade, equilíbrio e discernimento diante das críticas mais exacerbadas que lhe sejam feitas ou na solução das lides que lhe sejam apresentadas”.

O papel de cada magistrado também foi abordado pelo presidente do TRE-BA, considerando o desafio das Eleições de 2022. “A atuação no primeiro grau de jurisdição não se restringe a dirimir lides em ações judiciais. Cumpre ao juiz eleitoral também presidir o pleito, exercendo poder de polícia e organizando as eleições, desde os atos preparatórios até a diplomação dos eleitos. Essa atribuição de ordem administrativa é um traço muito peculiar do exercício da judicatura eleitoral e de extrema responsabilidade”.

Ainda durante a abertura do curso, o desembargador eleitoral José Batista Júnior, vice-diretor da EJE-BA, representou o diretor da Escola Judiciária Eleitoral, desembargador Ávio Mozar, lembrando que uma das principais missões da instituição é formar e atualizar magistrados eleitorais. O juiz citou a Constituição Federal, segundo a qual todo magistrado estadual é um potencial juiz eleitoral, uma vez que magistrados estaduais nomeados atuam nas 199 zonas do estado, “na relevante missão de garantir a normalidade e a legitimidade das eleições, dos plebiscitos e dos referendos na defesa do Estado Democrático de Direito”.

5.9 – Curso e Workshop de Estratégias para o combate à desinformação – 22 e 23/11



A Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (EJE-BA) promoveu, *on line*, por meio da plataforma zoom, o curso “Estratégias para o Combate à Desinformação”, nos dias 22 e 23 de novembro, das 14h às 18h40. As vagas são limitadas e, inicialmente, destinadas à magistratura eleitoral, aos promotores eleitorais e servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA).

A formação foi dividida em quatro módulos planejados para capacitar os operadores do Direito na identificação de processos de desinformação e as formas de enfrentamento, visando ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

"A EJE acredita que o combate à desinformação perpassa pela capacitação do servidor para não só compreender o que é a desinformação, mas também aprender ferramentas para lutar com efetividade contra esse mal que atinge a nossa democracia. Nesse contexto, contratamos o Curso de Estratégias para o Combate à Desinformação. A formação reúne professores experientes, que acumulam anos de estudo das ‘fake news’, do universo do Direito Digital e do funcionamento das redes sociais. Os docentes poderão nos munir de conhecimento para que, no próximo ano, a Justiça Eleitoral baiana esteja ainda mais preparada para garantir a legitimidade das eleições”, afirmou a coordenadora da EJE-BA, Amanda Bretas Machado.

O Módulo 1 abordou os “Elementos essenciais para a compreensão do processo de desinformação”, com a professora Maria Marinho. O módulo apresentou o conceito de desinformação e suas modalidades, orientações sobre como diferenciar fato e opinião e também quanto ao funcionamento das agências de checagem.

O Módulo 2 trouxe o seguinte tema: “Sim, vamos falar da urna eletrônica: como se preparar para as Eleições 2022”. A etapa apresentou narrativas sobre a urna eletrônica; propostas legislativas e como se preparar para as eleições do próximo ano. As aulas deste módulo também foram conduzidas pela professora Maria Marinho.

Já o Módulo 3 tratou do tema: “O tratamento das fake news pelas plataformas”, com aulas ministradas pelo professor Diogo Rais. O módulo destacou os termos de uso das plataformas mais

utilizadas no Brasil; as ferramentas colocadas à disposição pelas plataformas para o combate à desinformação; e alguns casos concretos para avaliação.

O último módulo mostrou “O tratamento das Fake News pela Justiça”, com apresentação das estratégias de combate do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições anteriores; além das resoluções do TSE e sua aplicabilidade para o tratamento de Fake News. A formação do último módulo foi conduzida também pelo docente Diogo Rais.

Houve, ainda, um workshop exclusivo para a equipe da Assessoria de Comunicação do Regional e Comissão de Enfrentamento à Desinformação.

Sobre os palestrantes:

Diogo Rais Rodrigues Moreira - Advogado e cofundador do Instituto Liberdade Digital. Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP pelo projeto CNJ Acadêmico. Colunista exclusivo na área eleitoral para o jornal Valor Econômico durante as eleições de 2016 e de 2020, e da Folha de S. Paulo para as eleições de 2018. Professor de Direito Eleitoral e Direito Digital da graduação e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Membro da Academia de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Coordenador dos livros Direito Público Digital; Fake News: a conexão entre a desinformação e o Direito; e Direito Eleitoral Digital, todos da editora Revista dos Tribunais. Foi um dos especialistas convidados pela relatoria especial de liberdade de expressão da OEA para colaborar com o guia de combate à desinformação. É líder do Grupo de Pesquisa registrado no CNPq Laboratório de Direito Digital e Democracia na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pesquisa o tema da tecnologia e eleições desde 2010.

Maria Edelvacy Marinho - Advogada, Doutora em Direito pela Universidade Paris 1-Panthéon Sorbonne, mestra em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília. Professora do curso de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Cofundadora do Instituto Liberdade Digital; Consultora do PNUD, FIPE; Pesquisadora do Observatório Jurídico da Inovação do OIC/IEA-USP, Vice-líder do grupo de Pesquisa Laboratório em Direito Digital e Democracia. Atua nos seguintes temas: políticas públicas de inovação, propriedade intelectual, direito da inovação, direito digital, metodologia de ensino e pesquisa no Direito.

6. Pesquisas e publicações acadêmicas

6.1 – Grupo de pesquisa em Direito Eleitoral e democracia



O grupo de pesquisa “Direito Eleitoral e Democracia” é desenvolvido pela Escola Judiciária Eleitoral da Bahia, com vinculação acadêmica à Universidade Federal da Bahia (Ufba) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 2021, foram disponibilizadas 12 vagas, no total, seis destinadas a servidores, promotores, advogados e magistrados eleitorais, e seis para estudantes dos cursos de graduação, mestrado ou doutorado da Faculdade de Direito da Ufba.

“A educação é fator primordial para que a qualidade da democracia aumente. É importante que a Justiça também incentive reflexões sobre a democracia. A Escola Judiciária Eleitoral realiza diversas atividades voltadas à busca do conhecimento da teoria democrática. Nessa perspectiva, o grupo de estudos vem a somar como uma oportunidade de aprofundamento de estudos relativos a esses temas”, enfatiza o professor doutor Jaime Barreiros, analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) e líder do grupo de pesquisa, ao lembrar que Justiça Eleitoral vai além do papel de organizar as eleições.

Essa foi a segunda turma do grupo de estudos, que tem como objetivo fomentar a discussão e a reflexão acerca dos fundamentos teóricos e dos problemas e desafios inerentes ao processo democrático, com destaque para o estudo do sistema político brasileiro. Também é um dos objetivos a produção de artigos científicos, com a finalidade de posteriores publicações e o fomento do exercício de práticas docentes.

Público atingido: 12 pessoas

6.2 – Lançamento do livro Direito Eleitoral e Democracia



A Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (EJE-BA) lançou o livro “Direito Eleitoral e Democracia”, organizado pelos analistas judiciários e professores Jaime Barreiros Neto e Marta Cristina Jesus Santiago. A obra reúne nove artigos produzidos por servidores, estudantes e profissionais do Direito, participantes do grupo de estudo “Direito Eleitoral e Democracia” de 2019.

O diretor da EJE-BA, Ávio Novaes, na apresentação, declarou que a publicação “traz valiosas contribuições para o aprimoramento da democracia e para o desenvolvimento do Direito Eleitoral Brasileiro”. E para o doutor Vitalino Canas, professor da faculdade de Direito de Lisboa, que

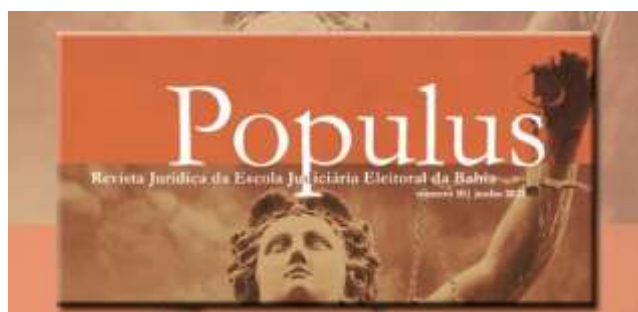
proferiu a aula inaugural do grupo de estudos de 2019 e prefaciou a obra, os artigos que compõem o livro têm uma perspectiva construtiva e “otimista em relação à possibilidade de as reformas poderem melhorar vários aspectos da democracia brasileira”.

O objeto em comum das pesquisas publicadas é a proposta de melhorias na legislação eleitoral brasileira que repercutam favoravelmente na qualidade da democracia. Tipificação de crimes e punição, moralidade, constitucionalidade, o aumento da representatividade feminina para a obtenção de paridade de gênero, democracia, financiamento de campanhas, abuso de poder decorrente do viés religioso, reforma política e eleitoral, freios, contrapesos e efeito backlash são alguns dos temas abordados.

A obra tem versão em meio físico, impressa pela Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) por meio de acordo de cooperação científica, e também eletrônico. Os exemplares estão sendo distribuídos entre os membros do Tribunal, o Procurador Regional Eleitoral, as bibliotecas dos Tribunais Regionais Eleitorais do país, os autores dos artigos e as principais Faculdades de Direito sediadas no Brasil. A publicação homenageia, ainda, o desembargador Jatahy Fonseca Júnior, ex-presidente do Eleitoral baiano que teve o mandato encerrado em março de 2021.

Os autores da obra são Isabela Santos Dias, Jade Caldas Sibalde, Janiere Portela Leite Paes, Lázaro Alves Borges, Luiz Eduardo Guimarães Romano Pinto, Nicole Gondim Porcaro, Roberta Janine Gomes Junqueira, Tatiana Andrade Almeida e Yago da Costa Nunes dos Santos.

6.3 – Lançamento da 10ª Edição da Revista Populus – 21.06



A Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (EJE/BA) lançou, em 21 de junho, o 10º número da Revista Populus. A publicação foi apresentada, durante sessão virtual da Corte Eleitoral, pelo diretor da EJE, desembargador eleitoral Ávio Mozar José Ferraz de Novaes, que, na ocasião, destacou os desafios impostos ao periódico e o caráter histórico da edição, marcada por estudos de doutrinadores estrangeiros.

“Nesta histórica edição, a Revista Populus nos brinda com estudos de doutrinadores estrangeiros sobre temas relevantes para a atualidade política, a exemplo da democracia digital, em artigo apresentado pelo professor italiano Giovanni di Cosimo; a crise de representatividade dos

partidos políticos, a partir de uma análise da história partidária italiana, realizada pelo professor milanês Claudio Martinelli; e uma reflexão sobre a crise democrática, com o professor de diversas universidades italianas e ex-magistrado do Tribunal Constitucional Italiano, Sabino Cassese”, revelou o diretor.

O desembargador eleitoral parabenizou a equipe da EJE baiana e destacou que “a publicação de uma revista jurídica com qualidade editorial, que possa contribuir para debate público e acadêmico, não é uma tarefa fácil, muitos são os desafios impostos a um projeto como esse. Mas, a Revista Populus chega ao seu 10º número trazendo ao público importantes contribuições para formação de uma cultura política e eleitoral mais elevada, necessária ao processo de fortalecimento da democracia e das instituições políticas, superando com louvor os desafios impostos quando da sua concepção”, disse.

Outro destaque da edição, conforme revelou o desembargador eleitoral Ávio Mozar, é a homenagem ao Ministro Marco Aurélio de Mello. “No ano em que se comemora o “jubileu de prata” da urna eletrônica, a editoria de memória da Revista Populus reproduz artigos e entrevistas da época da implantação deste grande marco de consolidação da democracia brasileira, ressaltando e homenageando o protagonismo do Ministro Marco Aurélio de Mello, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que neste mês se despede, após mais de trinta anos, do exercício das suas funções judicantes junto ao Supremo Tribunal Federal. Tive a oportunidade de conversar com o ministro ao telefone e ele me disse que tinha o maior apreço pelo TRE da Bahia e que estava efetivamente com muita alegria por essa publicação”, contou.

O presidente do TRE-BA, desembargador Roberto Maynard Frank, agradeceu a exposição e parabenizou pela publicação. “Vossa excelência brilhando a frente da Escola Judiciária Eleitoral concretizou este brilhante trabalho na realização do conteúdo e disponibilização da Revista Populus. O parabêniso, em meu nome e em nome da presidência desta instituição, e espero contar com essa parceria sempre que possível. Estendo os parabéns a todos aqueles que lhe assessoraram”, afirmou. Os demais membros da Corte Eleitoral do TRE-BA acompanharam o presidente nas congratulações.

6.3 – Lançamento do livro em comemoração aos 25 anos da urna eletrônica – 03-12



Em 3 de dezembro, a EJE lançou, em versão digital, o livro “25 ANOS DA URNA ELETRÔNICA: TECNOLOGIA E INTEGRIDADE NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS” no evento “O FUTURO DA DEMOCRACIA”, ocasião em que o Diretor da Escola, o Desembargador Eleitoral Ávio Mozar Novaes de Ferraz prestou uma homenagem especial ao Dr. Paulo Camarão, o “pai técnico” da urna, que proferiu palestra no evento.

O ano de 2021 marca os 25 anos da implantação da urna eletrônica nas eleições brasileiras, inovação tecnológica que possibilitou uma ampla modernização do processo eleitoral no país, garantindo integridade, normalidade do sufrágio e celeridade dos trabalhos eleitorais.

A presente obra coletiva, organizada pela Seção de Pesquisas e Publicações Acadêmicas da EJE e coordenada pelos servidores Marta Santiago, Jaime Barreiros Neto e Frederico Alvim, este último assessor da Vice-Presidência do TSE, presta contas à sociedade dos grandes avanços vivenciados pela democracia brasileira nos últimos anos, com a adoção da urna eletrônica, louvando a relevância da tecnologia nas eleições brasileiras e projetando o futuro das eleições no Brasil, em um mundo onde o avanço cibernético e tecnológico cada vez mais se torna um pressuposto civilizatório fundamental para os povos do mundo.

Inaugura a obra entrevista inédita com o Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, Presidente do TSE à época do desenvolvimento do projeto da nova urna. Traz, ainda, artigos inéditos de Paulo Camarão, o mentor técnico da urna eletrônica; Volgane Carvalho, Mestre pela PUC/RS e servidor do TRE do Maranhão; da Prof^a da UFCE, Raquel Ramos Machado, escrito com o servidor do TRE do Ceará, Flávio Moreira Oliveira; do Prof. Marcelo Peregrino Ferreira em parceria com o servidor do TRE de Santa Catarina, Eron Domingues; do Juiz Federal Nicolau Konkel Junior; dos servidores e pesquisadores do TSE, Bruno Andrade e Célio Castro Wermelinger, e do servidor do TRE Bahia e Professor da UFBA, Jaime Barreiros Neto. Em arremate, os organizadores da obra incluíram em seu bojo o brilhante voto proferido pelo Exmo Ministro do TCU, Bruno Dantas, na auditoria realizada no sistema eletrônico de votação brasileiro.

A presente obra também terá versão física limitada seus exemplares aos autores, às bibliotecas dos Tribunais Eleitorais e às principais bibliotecas do país.

6.4 – Lançamento do livro “Democracia em tempos de pandemia” – 03-12

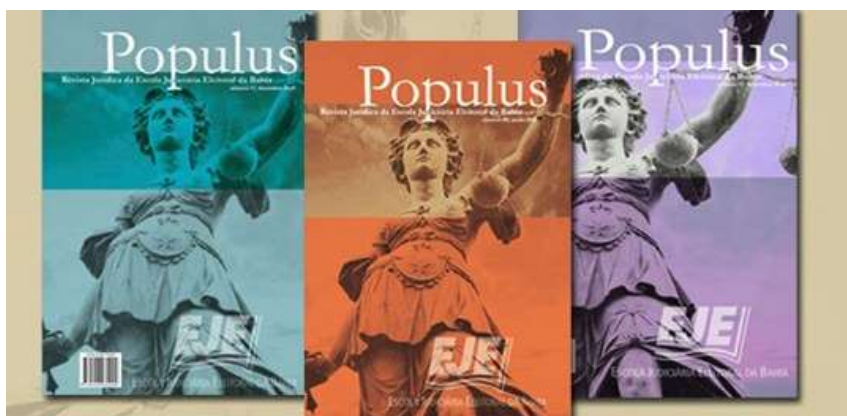


Em 3 de dezembro, a EJE lançou, em versão digital, o livro “Democracia em tempos de pandemia”.

O livro foi fruto de uma parceria entre a Transparência Eleitoral Brasil e a Escola Judiciária Eleitoral da Bahia. É uma obra densa, com diversos artigos e comunicados científicos, que foram apresentados em Congresso do mesmo nome realizado em junho de 2020.

A obra foi organizada pelas Professoras Ana Cláudia Santano e Flávia Balduino Brazzale, destacando-se aqui os artigos dos vencedores do concurso de artigos: Yasmim Salgado Santa Brígida e José Cláudio Monteiro de Brito, Renan Guedes Sobreira e Cynthia Guendling Juruena e Lisandra Cristina Lopes e Louhan Ferreira Torres.

6.5 – Lançamento da 11ª Edição da Revista Populus – 16.12



A Revista Populus nº 11 foi lançada na sessão de julgamento de 16 de dezembro, ocasião em que o Diretor da EJE, desembargador eleitoral Ávio Novaes, apresentou trecho de voto do Ministro Edson Fachin em que é citado, em sua fundamentação, argumento constante do artigo escrito por Nicole Gondim Porcaro, publicado na Populus nº 6, evidenciando que a publicação acadêmica da EJE tem sido objeto de pesquisa no mundo jurídico-eleitoral.

No número 11, a Revista Populus apresenta artigos inéditos de Adwaldo Peixoto, Mestre em Direito pela UniFG, sobre a teoria constitucional do *impeachment*, a partir do modelo garantista de Luigi Ferrajoli; Ruy Nestor Mello, Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa e ex-Procurador Regional Eleitoral deste Tribunal, sobre o ativismo judicial; de Cristian Patric Santos, Mestre em Direito pela UFBA e servidor deste Tribunal, sobre a Constituição como processo público aberto e as minorias; de Fábio Periandro, Carla Conchita e Larissa Amaral, Prof. Dr. e graduandas da UFBA respectivamente, sobre as perspectivas para a democracia e o Direito Eleitoral no futuro Código Eleitoral; Janiere Paes e Marcia Oliveira, Mestrandas pela UFBA e servidoras deste Tribunal, sobre a evolução dos direitos políticos das mulheres no Brasil; Diogo Rais, Eduardo Manhoso e Mateus Weber, Prof. Dr. e Mestrandos em Direito da Universidade Mackenzie respectivamente, discorrendo sobre o uso de normas penais para “calar o discurso político”; Marcia Oliveira e Mirtes Oliveira,

Mestrandas pela UFBA e servidoras deste Tribunal, tratando da análise crítica do discurso político acerca da segurança da urna eletrônica e da proposta do voto impresso.

A Populus conta, ainda, com estudo em espanhol, publicado na Venezuela, do Prof. Dr. da Universidade de Heidelberg, Dieter Nohlen, sobre eleições e democracia na América Latina a partir dos finais dos anos 70 e, por fim, na seção memória, resgata texto do jurista, sociólogo e historiador Oliveira Vianna (1883-1951), sobre a organização da democracia e o problema do sufrágio, escrito em período da nossa história em que a ideia de sufrágio universal era abominada por muitos intelectuais e por grande parte da elite política.

6.6. – III Simpósio de Direito Eleitoral



“O futuro da Democracia” foi o tema do III Simpósio de Direito Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), realizado por meio da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-BA), de forma semipresencial, no dia 3 de dezembro de 2021.

De acordo com a coordenadora da EJE-BA, Amanda Bretas, o Simpósio foi importante para preparar os operadores do Direito e a sociedade para os desafios do próximo ano, por ser um ano de eleições gerais. “O futuro do Direito Eleitoral brasileiro está cercado de desafios: teremos, em 2022, uma eleição geral que promete ser bastante acirrada, na qual uma nova reforma Eleitoral será aplicada”, afirma a coordenadora.

Ela destaca que, neste cenário, há uma grande possibilidade de aprovação de um Novo Código Eleitoral, que poderá modificar completamente “a atual estrutura normativa das eleições brasileiras”. “Discutir essas tendências e novas realidades, portanto, é uma necessidade inquestionável. A Justiça Eleitoral e a sociedade política precisam estar preparadas para esses desafios, e esse é o grande objetivo do III Simpósio de Direito Eleitoral da EJE Bahia: preparar os diversos atores do nosso processo democrático para um futuro próximo que promete ser muito instigante e inovador”, explica.

O Simpósio reuniu autoridades do Direito Eleitoral, como ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), advogados, professores eleitoralistas e servidores da Justiça Eleitoral. Foram palestrantes no evento: o Ministro Carlos Bastide Horbach, Ministro do TSE, Doutor pela USP e Professor de Direito Constitucional da USP; a advogada Marilda de Paula Silveira, Doutora em

Direito pela UFMG e Coordenadora do IDP *on line*; a analista judiciária do TRE do Maranhão, Michelle Pimentel Duarte, Mestre em Direito Processual Civil da PUC/RS; o analista judiciário do TRE do Maranhão, Volgane Oliveira Carvalho, Mestre em Direito pela PUC/RS; a Professora Ana Cláudia Santano, Doutora e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Salamanca (Espanha); o jurista Tércio Lins e Silva, Mestre em Direito Penal e Doutor em Direito Político pela Faculdade de Direito da UFRJ; o advogado Rafael Matos, especializado em Direito Eleitoral; o analista de sistema Paulo César Bhering Camarão, Presidente da Comissão Técnica que desenvolveu o Projeto da Urna Eletrônica; o assessor da Presidência do TSE em 2015, Bruno César Andrade de Souza, Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Estácio de Sá.